



Lia de Paula/Agência Senado

Senado dará prioridade a projetos contra o câncer

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que neste mês priorizará nas votações projetos que combatem o câncer. Um deles facilita o acesso de mulheres com deficiência à prevenção e ao tratamento dos cânceres de útero e de mama. Ontem, o

Congresso recebeu a iluminação característica do Outubro Rosa, que alerta a sociedade para a necessidade de detecção precoce do câncer de mama. Até o fim do mês, em todas as edições, o **Jornal do Senado** exibirá no cabeçalho uma fita cor-de-rosa. **3**

Aprovadas MPs que beneficiam Valec, BNDES e armazenagem 8

Novas empresas de tecnologia poderão ter isenção fiscal 7

Instalado grupo que vai propor mais recursos para educação 4

Municípios criticam excesso de pisos salariais 6

Comissão acata relatório sobre Programa Mais Médicos 3

Pedro Franco/Agência Senado



A participação de 70 lideranças indígenas na audiência foi garantida após intervenção de Ana Rita (C), pois só estava autorizada a entrada de 30 índios — o que a senadora classificou como discriminação

Senadores reforçam luta indígena pelos direitos constitucionais

A regulamentação dos direitos dos índios deve ser negociada por um grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos para evitar

retrocessos. A proposta foi feita ontem pela presidente da CDH, Ana Rita, durante audiência pública com 70 lideranças indígenas sobre os

25 anos da Constituição federal. Os índios temem ser prejudicados por mudanças no processo de demarcação de terras. **5**



**MULHER,
TOME PARTIDO.**

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Governo apresenta projeto que desafoga tribunais

Comissão de especialistas criada pelo Ministério da Justiça entregou ontem a Renan Calheiros proposta de marco regulatório da mediação, técnica que resolve conflitos sem necessidade de ação judicial

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem uma proposta de marco regulatório de mediação, elaborada por comissão de especialistas criada pelo Ministério da Justiça e coordenada pela Secretaria de Reforma do Judiciário.

Mediação é uma técnica utilizada na resolução de conflitos pelas próprias partes envolvidas, que podem chegar a um consenso com o auxílio de um mediador. A alternativa já é adotada em vários países para desafogar a Justiça, mas ainda não conta com um dispositivo legal no Brasil.

— A mediação é um caminho que nós temos para a humanização da Justiça e para resolver questões que não mereceriam estar no Judiciário e estão porque não existe outro caminho para resolver — disse a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, que fez parte da comissão.



Pela proposta entregue a Renan (D), mediação ganha dispositivo legal no país

Ainda de acordo com a proposta, qualquer pessoa pode atuar como mediador, desde que seja devidamente capacitada em cursos que deverão ser reconhecidos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça (Enam) ou pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, afirmou que tramitam hoje 90 milhões de processos no Judiciário, com duração média de dez anos para ser concluídos.

O texto apresentado se soma a proposta elaborada por comissão de juristas presidida pelo ministro do STJ Luis Felipe Salomão, a convite do Senado, que quer estimular o uso da arbitragem e da mediação como soluções alternativas ao Judiciário nos processos litigiosos. O ministro do STJ Marco Aurélio Buzzi não vê conflito nas duas propostas.

— Cumpre ao Legislativo agregar essas iniciativas e acomodar essas ideias para fazer surgir o melhor possível.

Para Simon, TSE não pode negar registro ao partido de Marina



Pedro Simon (PMDB-RS) disse que será “uma situação muito negativa” se o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negar o registro à Rede Sustentabilidade, liderada pela ex-senadora Marina Silva.

— OTSE dá autorização para criar tudo quanto é partido e nega a uma pessoa que fez 20 milhões de votos na última eleição [para presidente] — disse o senador, lembrando que foi autorizada a criação de dois partidos na semana passada.

Simon afirmou que a ex-senadora cumpriu as exigências para a criação do partido, observando que mais de 90 mil das assinaturas necessárias à criação da agremiação estão paradas nos cartórios eleitorais.

— Pela primeira vez, vejo cartório eleitoral tomar partido e de repente decidir a criação de um partido — afirmou.

Novo partido Solidariedade tem o primeiro senador



Criado na última semana, o partido Solidariedade já tem o primeiro senador. Foi lida ontem em

Plenário a comunicação de filiação de Vicentinho Alves (TO) ao novo partido. Vicentinho, que era do PR, se filiou ao Solidariedade no dia 26 de setembro.

A mudança não deve alterar a distribuição das comissões, que segue a proporcionalidade dos partidos no Senado. Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, as vagas que o PR tem nas comissões da Casa devem ficar com o partido, cujo líder poderá indicar novo senador para ocupá-las.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, o cálculo de proporcionalidade considera as bancadas partidárias pelos quantitativos à data da diplomação dos senadores.

CPI do Cachoeira ajudou PF no cerco à Delta, afirma Alvaro

A Operação Saqueador, que apreendeu bens de Fernando Cavendish, dono da Delta Construção, e de outras dez pessoas, levou Alvaro Dias (PSDB-PR) a destacar a importância da CPI que investigou as conexões do bicheiro Carlos Cachoeira.

— Quando esta Casa instalou a CPI do Cachoeira, as críticas foram constantes e reiteradas. Em que pese o fato de ter sido dominada politicamente, apresentou relatórios variados, relatórios paralelos, que permitiram à Polícia Federal dar prosseguimento às investigações — afirmou.

Ele salientou que a Operação Saqueador, da PF em parceria com o Ministério Público Federal, aponta para o desvio de pelo menos R\$ 300 milhões, que foram transferidos da Delta para empresas-fantasma.

Senado dispensará funcionária investigada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou ao diretor-geral da Casa, Helder Rebouças, a exoneração da servidora Flávia Peralta de Carvalho. Segundo a assessoria de Renan, a atuação

da servidora estava restrita a secretariar a Assessoria de Imprensa da Presidência, sem relação funcional com o presidente do Senado.

Segundo o jornal *O Globo*, o Ministério Público apontou

o envolvimento da secretária com a organização do doleiro Fayed Traboulsi e do policial Marcelo Toledo, acusada de desviar dinheiro de fundos de pensão de servidores de prefeituras e governos estaduais.

Senadores questionam suspensão da gratificação de servidores

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que examine requerimento, assinado por 52 senadores, questionando o Ato 20/2013, que revogou um ato que fixava o período para a avaliação de desempenho dos servidores do

Senado. A avaliação é necessária para concessão da gratificação de desempenho. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) pediu a Renan que não se tomem decisões unilaterais. Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Gim (PTB-DF), os servidores fazem jus à reivindicação.

Senado suspende pregão

Dentro da diretriz de reduzir custos, o novo diretor-geral do Senado Federal, Helder Rebouças, decidiu suspender o Pregão Eletrônico 119/2013, para contratação de fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização, cujo edital consta do Portal da Transparência, e reavaliar todo o processo. A Diretoria-Geral do Senado Federal informa ainda que as medidas de racionalização administrativa adotadas pela Casa resultarão em uma economia superior a R\$ 300 milhões no biênio 2013–2014.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h MP que destina R\$ 148 milhões para subvenção econômica aos produtores de cana da Região Nordeste tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Lei de Arbitragem

10h30 Renan Calheiros recebe do ministro do STJ Luis Felipe Salomão o relatório da Lei de Arbitragem; às 11h30, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; às 15h, instalação da Comissão do Financiamento da Segurança Pública; e, às 16h, ordem do dia.

CI Ministro das Comunicações

7h30 “Governança, desafios operacionais, segurança e visão de futuro das telecomunicações” em debate na Comissão de Infraestrutura, com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

CAS Lei de Migração

9h Na Comissão de Assuntos Sociais, texto que cria Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

CDR Projetos do Ministério da Cultura

9h Em pauta na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que inclui o princípio da não concentração regional na aprovação dos projetos examinados pelo Ministério da Cultura.

CCJ Orçamento impositivo

10h Em análise na Comissão de Constituição e Justiça, proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo e que deve incluir regra para financiamento da saúde; projeto que estabelece normas para as eleições, impondo a divulgação na internet de relatórios periódicos sobre recursos e gastos da campanha eleitoral; e texto que estabelece o voto facultativo nas eleições.

MULHER Procuradoria no Senado

11h Inauguração da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

CPI DA ESPIONAGEM Segurança

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem realiza audiência pública sobre a segurança cibernética no Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA Comissão

15h Instalação da comissão temporária criada com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado que tratam de segurança pública.

CMO Relatório final da LDO 2014

15h Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, na sequência, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Iluminação especial e exposição marcam Outubro Rosa no Congresso

Este mês a fachada ficará iluminada de rosa para lembrar a população da necessidade de detectar e tratar precocemente o câncer de mama

A COR ROSA iluminará a fachada do Congresso Nacional até o fim deste mês. Pelo terceiro ano, o Senado e a Câmara se unem ao movimento internacional Outubro Rosa na luta contra o câncer de mama.

Na abertura do evento, ontem, além da iluminação especial, foi lançada uma exposição de fotografias de mulheres que venceram a doença. Na Senado Galeria, a exposição *Recomeço*, organizada pela Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, retrata a história de 20 pacientes que tiveram a mama reconstruída após mutilação no tratamento contra o câncer.

— São mulheres que resgataram a feminilidade, a

autoestima, e estão aqui para mostrar à sociedade que o câncer de mama é tratável — afirmou Joana Jeker, presidente da associação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu o evento ao lado de parlamentares e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Entre os convidados, Totia Meirelles, atriz da Rede Globo, e Luis Ayrton Santos Junior, vice-presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), responsável por trazer o Outubro Rosa para o Brasil há seis anos.

— O movimento é um alerta aos gestores de todo o país para

o desenvolvimento de políticas públicas — disse Santos Junior.

O ministro da Saúde fez um balanço das políticas contra a doença, que ainda é a que mais mata mulheres no Brasil. Ele ressaltou a importância dos exames preventivos e da mamografia. Em torno de 52 mil mulheres são diagnosticadas com câncer de mama todos os anos e ao menos 12 mil morrem em razão da doença.

A procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lembrou que o Congresso já é parte da luta. Renan citou os projetos aprovados que tratam do combate à doença. Em vigor desde maio, a

Lei 12.732/2012 estabelece o prazo de até 60 dias para o Sistema Único de Saúde iniciar tratamentos contra o câncer. A Lei 12.802/2013 garante às vítimas de câncer a reconstrução imediata após a cirurgia de retirada da mama, de modo a minimizar os danos psicológicos às mulheres.

Programação

As atividades do Outubro Rosa no Congresso Nacional seguem até o dia 18. Confira a agenda de eventos

DE 8 A 16 DE OUTUBRO

Exposição itinerante
Recomeço passa para o Espaço Mario Covas, Anexo 2, Câmara dos Deputados.

DE 7 A 18 DE OUTUBRO

Campanha de Prevenção do Câncer de Mama, promovida pelo Departamento Médico da Câmara. Englobará ações educativas e de divulgação e atendimento individualizado a servidoras e deputadas. As consultas com especialistas deverão ser previamente agendadas.

DIA 18 DE OUTUBRO

Bate-papo "Mitos e verdades sobre o câncer de mama", no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com Martinho Cândido de Albuquerque dos Santos, médico mastologista do Senado, e Valeska Marques de Menezes, médica oncologista da Câmara.



Mulheres do grupo Batala cantam na cerimônia em que o prédio do Congresso Nacional recebeu iluminação rosa

Projetos de combate ao câncer terão prioridade

Em solenidade realizada ontem na Presidência do Senado, o Congresso Nacional deu início à participação no Outubro Rosa, movimento mundial de conscientização sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que dará prioridade em outubro à votação dos projetos que tratam do combate ao câncer de mama.

Entre as propostas que vão ter atenção especial, estão o PLS 406/2011, que prevê o acesso

de mulheres com deficiência às políticas de prevenção, detecção e tratamento, e o PLS 352/2011, que determina a inclusão de medicamento de uso oral contra o câncer nas coberturas obrigatórias dos planos de saúde, para permitir

tratamento em casa. Ambos são de Ana Amélia (PP-RS).

— Para 2013, infelizmente, são esperadas 52.680 novas ocorrências [de câncer de mama], conforme estimativa do Instituto Nacional de Câncer — lamentou Renan.

Aprovada dispensa de registro em conselhos médicos

A comissão mista que analisou a medida provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/2013) aprovou ontem relatório final elaborado pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE). O texto precisa ser votado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A forma de registro dos médicos vindos do exterior foi modificada pelo relator. O texto original da MP estabelece que o registro provisório seja feito pelos conselhos regionais de Medicina. O texto aprovado passa a incumbência para o Ministério da Saúde, mas a fiscalização do trabalho dos participantes do programa continua sendo feita pelos conselhos.

O relator também definiu que os médicos formados no exterior não precisarão revalidar o diploma para atuar no programa por até quatro anos.

(Da Agência Câmara)

Médicos recém-formados poderão ter exercício social

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem proposta que obriga os graduados em Medicina cujos diplomas foram custeados com recursos públicos, tanto em instituições públicas quanto privadas, a realizarem um período de dois anos de exercício social da profissão, imediatamente após a conclusão do curso. A matéria, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebe decisão terminativa.

Pelo texto do PLS 168/2012, os recém-formados prestarão serviços em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas. Eles deverão cumprir jornada exclusiva de 40 horas semanais, mas haverá contrato de trabalho e remuneração paga pela rede de saúde à qual o recém-formado esteja vinculado.

Especialistas vão debater a qualidade de suplementos

Os senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) querem ouvir a opinião de especialistas sobre denúncias de alteração na fórmula de suplementos proteicos comercializados no Brasil. Requerimento com esse objetivo, apresentado por Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovado pela comissão ontem. A data do debate ainda será divulgada pela CMA.

As denúncias foram publicadas pelo jornal *O Globo* e revelam investigação feita pelo dono de uma loja de suplemento alimentar em Londrina (PR), que mandou avaliar as principais marcas de suplemento proteico disponíveis no mercado.

Das 28 marcas avaliadas, 15 apresentaram variação na tabela de composição ou tiveram as fórmulas alteradas. Todas as marcas são certificadas pela Anvisa.

Vanessa inaugura procuradoria e saúde início da campanha

Aproveitando a campanha Outubro Rosa, a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), inaugura hoje, às 11h, a sala da procuradoria com homenagem a todas as senadoras e diretoras que já passaram pela Casa. As imagens delas decorarão as paredes da sala.

Em Plenário, Vanessa saudou ontem o início da campanha.

— O objetivo é conscientizar para a necessidade da prevenção ao câncer de mama, o que mais tira vidas de mulheres — disse.

Informação é pilar da luta contra câncer de mama, diz Ana Amélia

Ao registrar a participação do Congresso no Outubro Rosa, Ana Amélia (PP-RS) disse que informação e prevenção são os pilares da luta contra o câncer de mama.

— É uma ação em defesa da saúde não apenas das mulheres, mas também dos homens, também vítimas do câncer de mama, ainda que em menor frequência.

A senadora disse que o Congresso e vários outros prédios estão sendo iluminados de rosa desde ontem.

— A iniciativa é para conscientizar a população e as autoridades sobre os riscos do câncer de mama e difundir informações sobre o modo mais eficiente para o diagnóstico e o tratamento.

Paulo Davim lamenta queda de braço na MP do Mais Médicos

Em pronunciamento em Plenário ontem, Paulo Davim (PV-RN) avaliou que, na discussão sobre a medida provisória que instituiu o Programa Mais Médicos (MP 621/2013), a razão deu lugar à “queda de braço” de forma prejudicial à carreira dos médicos. Conforme ressaltou o parlamentar, com a MP — que precisa ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado antes do dia 5 de novembro, quando perde a validade —, as entidades médicas perdem o direito de titular profissionais como especialistas.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Criada por iniciativa do presidente do Senado, colegiado terá 90 dias para trazer propostas de como tornar possível a destinação de mais recursos financeiros para o sistema educacional brasileiro

Comissão buscará fontes de financiamento para educação

A BUSCA POR mais recursos para a educação ganhou força no Senado ontem com a instalação da comissão especial criada para propor soluções ao financiamento do setor no Brasil. Autor da iniciativa, o presidente da Casa, Renan Calheiros, sublinhou a perspectiva de mais recursos para a área com a destinação, para a educação, de 75% da parte dos royalties do petróleo que cabe ao governo federal.

Renan lembrou a baixa classificação do Brasil em rankings mundiais que avaliam a qualidade do ensino e lamentou o fato de a taxa de analfabetismo ter registrado aumento no ano passado, depois de 15 anos de queda. O presidente admitiu que a educação do país vem melhorando nos últimos anos. Ele deu como exemplo a contribuição dos programas sociais, como o Bolsa Família, e o fato de a frequência escolar entre crianças ser maior que 98%.

No entanto, apontou o presidente, a baixa qualidade do ensino compromete o avanço

do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Assim, disse, o Brasil precisa de forma urgente melhorar a educação e avaliar como aumentar recursos para o financiamento do setor. Ele acrescentou que é preciso planejamento e indicações claras de recursos para o avanço da educação nacional.

— É impossível pensar em desenvolvimento econômico e social sem as garantias de uma educação universal e de qualidade — afirmou Renan.

A comissão tem 90 dias para buscar meios de viabilizar a

alocação de mais recursos para o sistema educacional brasileiro. A senadora Ângela Portela (PT-RR) será a presidente da comissão, que terá o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator.

Para Cristovam, a criação do colegiado é um gesto de “extrema importância” para o Senado e para o Brasil. O relator disse que a educação brasileira precisa de um salto e que a comissão trabalhará para responder quanto custa esse salto, de onde podem vir os valores e como aplicá-los.



Na instalação do colegiado, Renan (D) cumprimenta o relator, Cristovam Buarque

Plano Nacional de Educação será aprovado até novembro, diz Cyro

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), estimou que até a primeira quinzena de novembro o Plano Nacional de Educação (PNE) será aprovado no colegiado. A ideia é acelerar a tramitação para que as alterações do Senado voltem logo à Câmara. A matéria ainda será votada no Plenário do Senado.

O relator do PLS 103/2012 na CE é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pretende convidar representantes do governo, especialistas e entidades do setor para discutir melhor, em audiências públicas, a proposta, especialmente o financiamento da educação.

O primeiro debate foi marcado para terça-feira, para o qual foram convidados José Marcelino Rezende Pinto, presidente

da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Rafael Osorio, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Priscila Cruz, diretora-executiva do movimento Todos pela Educação.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs que seja feito um calendário especial de discussão sobre o PNE, com a realização de várias audiências públicas. Ele deseja ouvir representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), do Conselho Nacional de Educação e da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, entre outras entidades.

Grupo de trabalho quer aperfeiçoar acordo ortográfico

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho para estudar e apresentar proposta de aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em 1990.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO) — autor do requerimento para a criação do grupo junto com Ana Amélia (PP-RS) — explicou que o acordo entraria em vigor em janeiro deste ano, mas o início da vigência foi adiado para 2016 porque muitos países ainda não estavam preparados para as mudanças. A preocupação de Cyro é que a situação se repita ao final de 2015. O grupo terá participação de Cristovam Buarque (PDT-DF) e dos professores Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto.

PROMULGAÇÃO DA PEC DA MÚSICA SERÁ NO DIA 15

O presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, informou que a sessão do Congresso destinada à promulgação da Emenda Constitucional 75, conhecida como PEC da Música, será no dia 15, às 13h30, no Plenário do Senado. A proposta, aprovada na semana passada pelos senadores, isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.



Alvaro quer suprir falta de definição legal para o transporte semiurbano

Avança ampliação na gratuidade do transporte para maiores de 60

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2004, que altera o Estatuto do Idoso para incluir as modalidades de transporte intermunicipal terrestre ou aquaviário entre as gratuidades previstas para os maiores de 60 anos. Atualmente, a legislação só abrange os transportes municipal (urbano) e interestadual.

O estatuto também contempla uma terceira opção: o transporte semiurbano, mas sem conceituar tal modalidade, deixando margem a dúvidas. Por isso, segundo o autor, Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto vai evitar questionamentos jurídicos entre passageiros e concessionárias ao apresentar uma definição legal sobre o transporte semiurbano.

O projeto tramita desde 2004 e já passou pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde recebeu substitutivo que definiu o transporte semiurbano como “aquele prestado em áreas contíguas, independentemente da jurisdição política do poder concedente”.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), concordou com a alteração. Segundo ele, é mais abrangente e não fere a autonomia relativa dos entes federados. Segundo Suplicy, nas áreas urbanas contíguas, especialmente nas regiões metropolitanas, vive grande parte da população.

O PLS 224/2004 ainda retornará à Comissão de Direitos Humanos (CDH), que vai dar decisão terminativa sobre a proposta. Antes, porém, passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Audiência vai debater utilização de superávit de fundos de pensão

Requerimento apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que propõe a realização de audiência pública para tratar da utilização de superávit dos fundos de pensão foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Por meio da Resolução 26/2008, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar abriu a possibilidade de devolução de parte do superávit dos fundos de pensão às empresas patrocinadoras.

No caso do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), por exemplo, o superávit retornaria ao banco.

A medida é contestada pelas entidades de trabalhadores. Elas consideram que o superávit deve formar reserva de contingência e reserva especial para revisão do plano. Caso a revisão implique redução de contribuições, o procedimento deve obedecer à mesma proporção das contribuições de participantes e patrocinadoras.

Mário Couto lamenta falta de políticas públicas para os idosos

Em pronunciamento no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou o governo pela falta de políticas públicas mais efetivas para os idosos. Ele enumerou as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros acima de 60 anos no acesso ao transporte, na assistência à saúde e no que diz respeito a uma aposentadoria digna.

O senador lamentou que houvesse pouco a ser comemorado ontem, Dia do



Idoso. Ele disse que o Congresso aprovou poucas leis para beneficiar os idosos. — Há um silêncio em relação a isso — disse o senador.

Couto comparou os poucos direitos dos idosos aos gastos do governo e ressaltou as despesas da presidente Dilma Rousseff. Segundo o senador, em agosto, do total de R\$ 32 milhões gastos com os cartões corporativos, R\$ 3,6 milhões foram despesas com a presidente.



Cyro Miranda quer tramitação rápida do Plano Nacional de Educação no Senado

Pedro Franco/Agência Senado



Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Ana Rita recebe líderes indígenas para audiência sobre 25 anos da Constituição

Índios ganham apoio de senadores na defesa da terra

Participantes de audiência pública alertaram para a possibilidade de retrocesso nos direitos garantidos pela Constituição federal. Senadora propôs grupo de trabalho para acompanhar regulamentação

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) se aliou à luta dos índios pelas terras que ocupam. Ontem, na audiência pública sobre os 25 anos da Constituição e a questão indígena, a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), propôs a organização de um grupo de trabalho para negociar com a comissão mista de regulamentação de dispositivos constitucionais a manutenção dos direitos dos mais de 800 mil índios brasileiros.

O debate focou duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que alteram o processo de demarcação: a PEC 38/1999, que transfere a competência da União para o Senado, e a PEC 215/2000, que inclui a aprovação e a ratificação das demarcações entre as competências do Congresso.

— A Constituição completa 25 anos sofrendo o maior ataque de sua história. Cabe a nós não permitir este retrocesso — reagiu a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara.

O protesto foi reforçado pelo secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber César Buzatto. Para ele, essa população — com mais de

300 etnias e 200 línguas — enfrenta um ataque sistemático.

— O Executivo também se tem dobrado à chantagem da bancada ruralista e decretou uma quase moratória na demarcação — disse Buzatto.

O representante da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Denildo Rodrigues, acusou Executivo e Legislativo de investir contra as terras dos quilombolas.

— Há 24 propostas no Congresso, das quais só 4 mantêm direitos dos quilombolas.

A presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati, alertou para iniciativas estatais que podem colocar em risco garantias previstas na Constituição: organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e direitos sobre as terras que ocupam.

Um ato público da Mobilização Nacional Indígena aconteceu à tarde em frente ao Congresso. Mais de mil índios de diversas etnias ficaram acampados em Brasília até sábado para reivindicar a proteção de direitos constitucionais. Esta semana é dedicada à comemoração dos 25 anos da Constituição Cidadã.

Entrada de líderes é ampliada após críticas a limite

Participaram da audiência na CDH 70 lideranças indígenas. A entrada foi autorizada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após solicitação de Ana Rita. Inicialmente, a segurança havia dito que só poderiam entrar 30 índios. A senadora classificou o limite inicial como um ato de discriminação.

— Quero demonstrar solidariedade e pedir desculpas. O Senado tem regras, mas não pode impedir que determinados atores da sociedade tenham acesso — afirmou.

Vice-presidente da CDH, João Capiberibe (PSB-AP) disse nunca ter presenciado uma situação tão desagradável.

— A situação é constrangedora para nós e para os índios, submetidos a um tipo de absurda desconfiança.

Sonia Guajajara e Cleber Buzatto também reagiram.

— Isso faz parte de um conjunto de entendimentos de cunho preconceituoso que existe em nossa nação — afirmou Buzatto.

Rolleberg propõe levantamento fundiário



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em apoio às manifestações dos índios, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apontou um “movimento agressivo e perverso que tenta oprimir os povos indígenas”. Para o senador, a homologação das terras indígenas não é uma questão política, mas técnica.

— Trazer a decisão sobre processos demarcatórios para o âmbito do Congresso seria um retrocesso histórico — criticou.

Rolleberg defendeu um levantamento da situação fundiária. Segundo ele, o Estado propiciou, por meio de programas de assentamentos fundiários, a instalação de produtores em terras posteriormente reconhecidas como indígenas. O senador sugeriu indenizações aos produtores para garantir a demarcação.

Inácio pede atenção ao desenvolvimento nacional



Waldemir Barreto/Agência Senado

Inácio Arruda (PCdoB-CE) falou em Plenário sobre a importância da Mobilização Nacional Indígena e do Outubro Rosa. Ele ressaltou a importância do reconhecimento e da integração dos indígenas, sem descartar o projeto de desenvolvimento da nação brasileira.

— Atentos devemos ficar às tentativas seguidas de criar dificuldades ao nosso projeto de desenvolvimento, aproveitando exatamente a necessidade de reconhecimento das tribos.

Sobre o Outubro Rosa, Inácio destacou a importância de uma campanha nacional que esclareça a população em relação ao câncer de mama e estabeleça ações de combate à doença.

— O Outubro Rosa é muito bem-vindo entre nós, e vamos festejá-lo com ações concretas.

“Produto verde” poderá ter prioridade em licitações

Poderá ter preferência em licitações o produto fabricado de acordo com padrões de sustentabilidade ambiental (na matéria-prima, no processo produtivo, no consumo e no descarte final). É o que prevê um substitutivo de Anibal Diniz (PT-AC) ao PLS 252/2013, de Cícero Lucena (PSDB-PB), aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto modifica a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993), que já prevê preferência, como critério de desempate, para bens e serviços produzidos no país.

No texto inicial, Cícero também propunha alterar a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) para incluir o conceito de

avaliação do ciclo de vida do produto e para determinar que a avaliação norteasse o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, prevendo regras para rotulagem de produtos danosos ao meio ambiente.

Anibal rejeitou a sugestão por entender que se trata de medida já prevista na Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

— O que estou querendo é estimular, através dos processos de licitação, quem possa contribuir para o meio ambiente — disse Cícero, ao citar como exemplo a redução do consumo de energia nas obras que vierem a ser licitadas.

O projeto vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



José Cruz/Agência Senado

Alteração na Política Nacional do Meio Ambiente foi rejeitada por Anibal

Subcomissão acompanhará Política de Resíduos Sólidos

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos foi instalada ontem para acompanhar o andamento da implantação, pelas prefeituras, das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A lei foi sancionada em 2010 e os municípios têm até 2014 para se adaptarem às normas.

Cícero Lucena (PSDB-PB) e Eduardo Amorim (PSC-SE) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente, e Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), relator. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

Cícero observou que o prazo está expirando e muitos municípios não começaram a implantar o sistema de tratamento do lixo. A subcomissão, ressaltou, vai discutir

alternativas de financiamento para contribuir com as prefeituras.

— Nós, que criamos a legislação, vamos poder fazer o diagnóstico de como ela está sendo implementada e colaborar para que atinja os seus objetivos — disse.

O mundo busca exemplos no Brasil, especialmente no que diz respeito a práticas de sustentabilidade ambiental, observou Eduardo Amorim.

Na primeira audiência pública da subcomissão, será discutida a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como evento preparatório para a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que será realizada de 24 a 27 de outubro, em Brasília. A sugestão, apresentada por Rodrigo Rolleberg, foi aprovada na primeira reunião.



José Cruz/Agência Senado

Cícero Lucena cumprimenta Blairo Maggi após instalação da subcomissão

Paulo Ziulkoski diz que projetos de piso não consideram capacidade de pagamento das prefeituras e prefeitos acabam sendo responsabilizados por improbidade administrativa

Representante dos municípios critica “avalanche” de novos pisos salariais

O PRESIDENTE DA Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, alertou ontem no Senado para os impactos negativos, sobre as finanças municipais, de projetos de lei que criam pisos salariais para novas profissões. Segundo ele, somente a aprovação do piso para enfermeiros e auxiliares de enfermagem deverá gerar uma despesa nova da ordem de R\$ 24 bilhões anuais para o Sistema Único de Saúde (SUS), com 39% do custo recaindo sobre os cofres das prefeituras.

Ziulkoski abordou o assunto durante reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele apresentou ao colegiado uma proposta de trabalho conjunto com o objetivo de buscar solução para os problemas que mais afligem os prefeitos do país.



Ao lado de Ana Amélia, Ziulkoski fala do impacto dos pisos sobre os municípios

Entre os pontos, Ziulkoski citou o que chama de “avalanche” de projetos que criam novos pisos salariais.

— Nós vamos ter que enfrentar essa questão dos pisos. O parlamentar tem que saber o que é melhor e não queremos ditar conduta para ninguém, mas devemos alertar que

o impacto será terrível — afirmou.

Segundo Ziulkoski, pelo projeto que está em análise na Câmara, os enfermeiros terão a jornada de trabalho reduzida para 30 horas semanais e contarão com piso mensal de R\$ 4.500. Ele também citou propostas para a instituição

de piso para médicos, fisioterapeutas, procuradores e guardas municipais. Lembrou ainda de lei já aprovada que beneficia com piso salarial os agentes comunitários, categoria que envolve cerca de 320 mil profissionais. Conforme assinalou, nesse caso falta apenas a regulamentação do que foi aprovado.

De acordo com Ziulkoski, por conta dos pisos, prefeituras e estados ficarão “ingovernáveis”. Ele explicou que, para a CNM, nenhum novo projeto de piso deve ser aprovado enquanto não houver definição a respeito da fonte de recurso para suprir novas despesas. Conforme assinalou, esse é um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ele lembrou que no ano que vem haverá eleições e que as pressões das “estruturas corporativas” vão ser ainda mais fortes sobre os parlamentares.



Flexa Ribeiro cita distrito do Pará que precisa ser emancipado

Flexa defende texto que trata de criação de municípios

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a aprovação do substitutivo (SCD 98/2002) ao projeto de lei de Moza-rildo Cavalcanti (PTB-RR) que regulamenta a criação de municípios.

— Defendo esse projeto por conhecer a realidade da Amazônia e do meu estado, o Pará, onde temos apenas 144 municípios. Minas Gerais, por exemplo, tem mais de 800. Dos 144 municípios paraenses, somente 2 não se enquadrariam nas regras que estamos votando, enquanto em Minas centenas deles estariam fora delas — disse.

Para justificar a posição, Flexa Ribeiro citou casos de seu estado, como o do distrito de Castelo dos Sonhos, que fica a 1.100 quilômetros da sede do município, que é Altamira. Segundo ele, mesmo tendo condições econômicas e sociais para se emancipar, pelas limitações impostas pela legislação em vigor não pode fazê-lo, o que resulta em grandes prejuízos para a população local.

Dívidas geram ciclo vicioso nas cidades

Paulo Ziulkoski sugeriu que a pauta de trabalho conjunto também aborde as dívidas municipais. Um dos objetivos seria assegurar apoio à demanda para que ocorra o encontro de contas da Previdência Social entre municípios e União. A estimativa da CMN (dados de 2009) é de que os municípios têm a receber R\$ 25,4 bilhões e a União, R\$ 22,2 bilhões. Ou

seja, haveria um crédito de R\$ 3,2 bilhões para os municípios.

Como permanecem como devedores, adverte Ziulkoski, os municípios ficam impedidos de celebrar convênios. Assim, acrescentou, “quem paga por isso é o cidadão e o próprio parlamentar, já que suas emendas não saem”. Além disso, afirmou, a União usa de prerrogativa que lhe permite

reter os recursos do fundo de participação destinados a esses municípios por conta dos pagamentos em atraso.

Ao final da exposição, a presidente da subcomissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), comentou que Ziulkoski apresentou um quadro real das dificuldades dos municípios, aos quais classificou de os “primos pobres” da Federação.

Subcomissão define reuniões a cada 15 dias

Ao fim da reunião, os senadores definiram que a subcomissão se reunirá quinzenalmente, sempre uma hora antes da reunião da CAE. No próximo encontro será discutido o PLS 392/2013, que trata do parcelamento de débitos municipais decorrentes de contribuições sociais.

Lindbergh quer acelerar votações de projetos do pacto federativo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), anunciou a reabertura da discussão sobre o pacto federativo. O objetivo é votar até o fim do ano uma série de projetos sobre o assunto que se encontram nas pautas do Senado e da Câmara.

Ele pretende reunir em audiência pública, na próxima semana, o secretário-executivo

do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira; o coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão; o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi; e o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator do projeto que permite a convalidação (atribuição de efeito legal) dos incentivos concedidos sem a unanimidade do Confaz (PLP 238/2013).

O presidente da CAE quer criar um “fato político” que viabilize a rediscussão do assunto. Uma das propostas, a reforma do ICMS (PRS 1/2013), foi votada pela CAE, mas, por falta de acordo, não entrou na ordem do dia do Plenário.

Lindbergh e Walter Pinheiro (PT-BA) disseram que, se os textos não forem votados neste ano, dificilmente serão aprovados em 2014, ano de eleição.



O senador Lindbergh Farias, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Luiz Henrique conversa com Walter Pinheiro, relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, onde o texto foi aprovado ontem por unanimidade

Isenção fiscal para novas empresas de tecnologia segue para a Câmara

Segundo projeto aprovado ontem em votação final, *start-ups* ficarão dois anos sem pagar tributos e depois poderão optar pelo Simples

NOVAS EMPRESAS DE tecnologia, as *start-ups*, deverão ficar isentas temporariamente de tributos federais. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 321/2012, de José Agripino (DEM-RN), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Como o texto foi aprovado em caráter terminativo, não precisa ser votado em Plenário — a não ser que haja recurso para isso — e segue

direto para a Câmara dos Deputados.

A proposta cria o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia (Sistenet) e beneficia o setor com isenção fiscal por dois anos, prorrogáveis por mais dois. Após o prazo, os empreendedores poderão optar pelo enquadramento no Simples Nacional (Sistema Integrado de Imposto e de Contribuições das Microempresas e

Empresas de Pequeno Porte).

O relator do projeto na CAE, Walter Pinheiro (PT-BA), destacou que a proposta se justifica pela necessidade de redução dos encargos tributários durante o período mais crítico para o estabelecimento das empresas do segmento, que é o início das atividades. Além disso, segundo ele, é indispensável o aumento da formalização das empresas do setor.

Pinheiro acatou a proposta com as emendas aprovadas anteriormente na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). As emendas definem as empresas que podem se enquadrar no regime especial, o tipo de isenção (impostos federais) e o período (dois primeiros anos).

Durante a discussão na CAE, os senadores foram unânimes em concordar com a iniciativa.

Avança projeto para contas on-line de serviços públicos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem proposta que obriga concessionárias de serviços públicos a oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança por meio eletrônico. O PLS 28/2012, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), estabelece que a obrigação não dispensa o envio convencional.

Flexa destaca que a proposta

beneficia as empresas, pois o extravio de documentos e até mesmo as greves dos Correios muitas vezes resultam em inadimplência, que poderá ser evitada com a mudança.

A proposta foi aprovada de acordo com o relatório do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que é favorável ao texto e sem emendas. Ele destacou que, no caso das contas de luz, já existe norma da

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) facultando às empresas o envio das contas por meio eletrônico.

Walter Pinheiro (PT-BA), que foi relator substituto, afirmou que o projeto é importante porque introduz a inovação numa área que já devia estar muito mais avançada.

— Isso pode viabilizar uma espécie de canal de volta para que o consumidor não precise

fazer uma reclamação de uma conta num terceiro momento. Ele pode devolver no mesmo site as reclamações, as ponderações acerca da conta — afirmou o senador.

O projeto, já aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), segue agora para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Proposta simplifica acesso ao patrimônio genético

A simplificação do acesso ao patrimônio genético brasileiro foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O PLS 133/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), altera a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001, que exige a assinatura do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (Curb) sempre que atividades de pesquisa tecnológica e de bioprospecção forem realizadas com alguma perspectiva de uso comercial.

A MP ainda está em vigência devido à Emenda Constitucional 32/2001, segundo a qual medidas provisórias editadas até 2001 devem continuar em vigor até que

sejam convertidas em lei ou revogadas por nova MP.

É o Curb que determina o objeto e as condições de acesso e de remessa de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado. O contrato também determina as condições para a repartição justa e equitativa dos benefícios.

O projeto simplifica o acesso a esse patrimônio, ao mudar o momento em que se assina o contrato. A proposta dispõe que a assinatura se dê apenas quando as atividades de desenvolvimento tecnológico ou de bioprospecção resultarem efetivamente em um novo produto ou processo comercializável.

— Sempre há a perspectiva



Vital do Rêgo é autor do projeto

de uso comercial, condicionada às incertezas mencionadas. No entanto, deve-se ter em conta que o desenvolvimento de um novo produto ou processo pode demorar vários anos até a efetiva comercialização — afirmou

o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Segundo o relator, a proposta ainda tem o mérito de reduzir a incerteza jurídica, tornando mais ágeis as atividades de pesquisa e de bioprospecção. Ele ressaltou também o fato de que o projeto mantém intactos os direitos das comunidades indígenas e de quaisquer outras comunidades locais relativos ao acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.

— Destaca-se que esse acesso continua a depender de autorização prévia para se efetivar — afirmou Aloysio.

A proposta segue agora para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Venda de celular pré-pago pode ter controle mais rígido

O controle na venda de celular pré-pago pode ficar mais rígido para dificultar ações criminosas. A medida consta do projeto (PLS 444/2012) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e que segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), exige que o comprador compareça à loja, com identidade original, para ser cadastrado. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), acrescentou três emendas: a que permite o uso de passaporte para aquisição de chip, a que prevê guarda da cópia do documento pela prestadora e a que inclui remissão ao artigo do Código Penal que responsabiliza o usuário por delito praticado com o celular por terceiros.



Proposta de Lopes visa coibir uso de celular em ações criminosas

Senadores querem debater má qualidade da telefonia celular

Senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reclamaram ontem da baixa qualidade do sinal da telefonia celular. Iniciado por Sérgio Souza (PMDB-PR), o debate levou à sugestão de discutir o tema em Plenário.

Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu que a CCT participe da audiência pública de hoje na Comissão de Infraestrutura (CI) com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

— A ideia é exatamente debater o tema e cobrar providências — afirmou.

Sérgio Souza relatou um “torneio de arremesso de celular” realizado em Foz do Iguaçu (PR). O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), também mencionou experiências negativas e disse que, se soubesse do torneio, teria participado.

Ângela Portela (PT-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também debateram o assunto na comissão.

Medida provisória tinha originalmente 10 artigos e ganhou outros 12 na tramitação. Projeto aprovado segue para sanção presidencial

Senado aprova MP que garante recursos para a Valec e o BNDES

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2013. O texto é proveniente da Medida Provisória (MP) 618/2013, que originalmente tratava do aporte de recursos para a empresa Valec, responsável pela construção e exploração de ferrovias, e para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de permitir a renegociação de operações de crédito com o banco. O PLV segue, agora, para a sanção presidencial.

O texto foi aprovado em votação simbólica, sob protesto de apenas um senador: Mário Couto (PSDB-PA). Ele criticou a prática recorrente no Congresso de incluir nas medidas provisórias assuntos estranhos ao texto. Couto disse esperar que o presidente do Senado, Renan Calheiros, siga a decisão da Câmara de não mais aceitar MPs que tratam



Apesar de ter sido aprovada em votação simbólica, excesso de assuntos diferentes gerou críticas à Medida Provisória 618

de mais de um tema. Para Couto, a prática é “uma desmoralização” do Congresso.

A MP, que tinha 10 artigos sobre vários temas, ganhou mais 12 durante a tramitação na comissão que a analisou. Alguns eram provenientes de outras MPs e, como não puderam ser aprovados na ocasião, acabaram sendo incluídos na MP 618.

O aporte na Valec estabelecido pela MP é de até R\$ 15 bilhões. O dinheiro será usado para aumentar o capital social da empresa, a fim de viabilizar a participação dela nas concessões de ferrovias do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

Outros R\$ 15 bilhões serão concedidos ao BNDES para a formação do patrimônio de

referência, que serve de parâmetro para os empréstimos feitos. A medida permitirá ao banco se enquadrar nas novas regras internacionais do sistema financeiro (acordo Basileia 3) e nos limites regulatórios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. O reforço, segundo o governo, ajudará a garantir o nível de empréstimos.

Receita líquida não terá recursos para operações urbanas

A MP também alterou o cálculo da receita líquida real, retirando da soma o dinheiro conseguido com mecanismos previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O objetivo é evitar que os municípios tenham de usar, no pagamento de dívidas com a União, parte dos recursos obtidos para operações urbanas.

Também no texto original da MP está a retirada, da lei que criou o vale-cultura, da obrigação de que a estimativa de renúncia conste na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013. A intenção é viabilizar o programa ainda este ano.

Medida possibilita renegociação de dívidas rurais

Entre os assuntos incluídos na MP durante a tramitação no Congresso, está a renegociação de dívidas rurais contratadas em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo governo federal devido à seca. Os municípios devem estar na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a situação emergencial deve ter ocorrido no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013.

As dívidas precisam ter sido contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor total original de até R\$ 100 mil.

Regras da loteria Timemania são alteradas

Outro assunto incluído na MP é uma nova regra para times de futebol endividados no âmbito da loteria Timemania, criada para ajudar os clubes a quitar dívidas previdenciárias com a União.

Pelo texto, os clubes inadimplentes só poderão ser excluídos da loteria se não atenderem a intimação para complementar o pagamento mensal do parcelamento da dívida quando a cota deles arrecadada pela loteria for insuficiente. Hoje, a exclusão é automática. O retorno dos clubes excluídos será permitido desde que eles quitarem as dívidas até 31 de outubro de 2013.

Isenção para insumos importados é prorrogada

A prorrogação das autorizações para *drawback* com vencimento em 2013, não prorrogadas anteriormente, foi outro tema acrescentado ao PLV. A prática permite às empresas importarem insumo sem pagar tributos, contanto que exportem os produtos fabricados com o material.

O PLV também suspende execuções fiscais de dívidas de produtores rurais do Pará vinculados ao extinto Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln e acaba com a necessidade de anuência do governo federal para a mudança do quadro diretivo das empresas de radiodifusão.

Ampliação da capacidade de armazenagem de grãos vai a sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 619/2013, que estabelece ações para ampliar a capacidade de armazenagem de grãos no país. A MP vai para sanção.

A MP permite à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) usar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para construir silos e armazéns públicos para a safra 2013-2014. O RDC diminui os prazos de procedimentos na licitação e institui a contratação integrada, por meio da qual uma mesma empresa faz o projeto e o executa até a entrega final.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticaram. Randolfe afirmou que o regime deveria ser utilizado como exceção na Copa. Alvaro disse que o RDC é inconstitucional e favorece a corrupção.

A matéria foi encaminhada ao Congresso em junho. O governo justifica a urgência da MP com o argumento de que é preciso evitar a perda de competitividade no campo — o que afetaria as exportações —,

estimular a agricultura familiar e ajudar os produtores rurais de baixa renda vítimas da seca.

A MP também institui o Programa Cisternas, garante às adotantes a remuneração pelo período de licença-maternidade de 120 dias, permite ao cônjuge continuar a receber o salário-maternidade se a mãe da criança morrer e cria regras para o perdão de dívidas de Santas Casas com o Fisco.

Mário Couto (PSDB-PA) destacou que a MP trata de 23 temas diferentes.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse que essa é a última MP que será votada com temas diversos.



Milho a céu aberto em Mato Grosso: MP combate falta de armazéns no país

Condução de Antônio Patriota às Nações Unidas é concluída

O Plenário aprovou ontem o nome do ex-chanceler Antônio Patriota (foto) para o cargo de representante



permanente do Brasil na ONU. Foram 43 votos a favor, 14 contrários e 1 abstenção. Patriota foi ministro das Relações Exteriores entre janeiro de 2011 e agosto deste ano.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que Patriota interceda na ONU para que autoridades brasileiras tenham acesso a documentos sobre o atentado que vitimou o embaixador brasileiro Sergio Vieira de Mello, em 2003, no Iraque. Para Wellington Dias (PT-PI), o indicado sempre tratou dos assuntos internacionais de forma correta. José Agripino (DEM-RN) disse que Patriota é um profissional qualificado e que honra o Brasil.

O Senado também aprovou a indicação de Pedro Fernando Brêtas Bastos para a embaixada no Canadá e de José Eduardo Martins Felício para o Paraguai.

Medida provisória tranca pauta do Plenário do Senado

A pauta do Plenário do Senado está trancada pela Medida Provisória 624/2013, que destina R\$ 1,5 bilhão para a melhoria da qualidade dos serviços públicos nos municípios, como saneamento e transporte.

A MP, que expira na próxima semana, deverá ser votada na sessão deliberativa de hoje.

A MP também destina R\$ 148 milhões para o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste afetados pela estiagem na safra 2011-2012.

O Plenário realizou ontem a quarta sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto nas deliberações do Legislativo (PEC 43/2013).

Na abertura da ordem do dia, Walter Pinheiro (PT-BA) solicitou a inversão da pauta, com a análise das matérias na abertura da sessão, antes da apreciação das MPs que travavam a pauta do Plenário. Caso haja acordo de líderes, a PEC poderá ter a quinta e última sessão de discussão hoje e ser votada logo em seguida.